



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002162-94.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Aposentadoria por Invalidez Acidentária**
Requerente: **MARIA DE LOURDES RODRIGUES CANDIDO**
Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Vistos.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES CÂNDIDO pediu a condenação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao pagamento de benefício acidentário haja vista a incapacidade para o trabalho, em razão das condições de labor a que se submeteu.

Citado, o INSS contestou o pedido, alegando a falta de provas que a incapacidade funcional alegada decorreu de acidente de trabalho e a inexistência do estado de incapacidade do autor.

Houve réplica.

Realizou-se prova pericial, juntando-se aos autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O último vínculo profissional da autora tomou o período de 1º de agosto de 2007 a 10 de dezembro de 2008, na colheita (fls. 20).

Queixa-se de hipertensão e dores na coluna.

Esteve afastada do trabalho e recebeu alta em outubro de 2006, em razão de uma lombalgia. Presume-se que recuperou a aptidão funcional, tanto que teve novo vínculo profissional, superior a um ano, entre 2007 e 2008.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sua coluna vertebral está dentro da normalidade, consoante se depreendeu do exame de Raio X apresentado. Assim também o exame radiológico dos ombros (fls. 217).

No exame pericial realizado em 25/06/2014 a autora referiu queixa de dor cervico-tóraco-lombar, mas ao exame físico observou-se aumento da cifose dorsal e da lordose lombar em adição apenas à hipertonia da musculatura paravertebral tóraco-lombar, haja vista que no restante do exame não se constatou limitação da mobilidade cervical/lombar e tampouco sinais de sofrimento radicular agudo ou crônico aos membros superiores ou inferiores, apesar da marcha claudicante à esquerda de provável etiologia vascular.

Assim sendo, pode-se afirmar que, não obstante afastamento prévio pelo INSS em torno de quadro anos (de 2002-2006) em razão do quadro de lombalgia pós-esforço, não se constatou ao exame físico e radiológico da coluna vertebral (dentro da normalidade – vide acima) anormalidades que pudessem comprometer ou reduzir a capacidade funcional da autora ao exercício das atividades laborativas que lhe foram habituais (laudo de exame médico-pericial, fls. 217).

A Dra. Perita judicial afirmou taxativamente a inexistência de sequela decorrente de acidente de trabalho e/ou doença de cunho profissional (v. Fls. 218), o que inviabiliza o pleito inicial.

Nadas nos autos infirma tal conclusão. E não se justifica a realização de novo exame pericial, pois a conclusão em si não está contrariada por qualquer outro elemento probatório ou indiciário, senão apenas pela insatisfação da autora, quanto ao resultado em si. Anota-se que a médica firmatária do laudo é pessoa experiente, que há vinte anos atende esta Comarca e outras da região de Ribeirão Preto, esta inclusive.

Nesse sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça:

"Cerceamento de defesa para a realização de prova testemunhal - Desnecessidade - Prova técnica suficiente para o deslinde da causa - Auxílio-acidente - Acidente in itinere - Alegação de perda parcial dos movimentos da mão e perna esquerda - Laudo pericial dando conta da inexistência de incapacidade - Sentença de improcedência mantida - Recurso improvido (Apelação nº 0014244-14-2012.8.26.0554, 17ª Câm., Rel. Afonso Celso da Silva – j. 28/01/2014)."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

"Acidente do trabalho. Benefício acidentário. Negado. Lesões na coluna e nas costelas. Acidente in itinere. Inexistência de incapacidade laborativa. O trabalhador não faz jus à indenização acidentária. Recurso do autor improvido. Sentença de improcedência mantida (Apelação nº 0049251-83.2007.8.26.0602, 16ª am. Dir. Público, j. 28/01/2014, Rel. Valdecir José do Nascimento)."

Não se pode olvidar que a indenização infortunistica busca reparar tão somente a incapacidade laboral originada direta ou indiretamente do trabalho, nos termos do art. 19, da Lei 8.213/91, *in verbis*: "Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho."

Diante do exposto, rejeito o pedido apresentado por MARIA DE LOURDES RODRIGUES CÂNDIDO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

A autora está legalmente dispensada do pagamento de despesas processuais.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**